

Deputado quer pátio de caminhões em Cubatão sem impacto ambiental

Mário Maurici (PT) coordena, na Alesp, a Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente da Baixada Santista

BÁRBARA FARIAS

DA REDAÇÃO

A instalação de um condomínio logístico na Ilha do Tatu, ao lado do Viaduto Mario Covas, em Cubatão, é bem-vinda, desde deputado estadual Mário Maurici (PT) debateu sobre o projeto com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, ontem, na sede administrativa do Porto de Santos. Lideranças de associações de moradores também participaram do encontro.

A área verde de 420 mil metros quadrados (m²), ao lado da interligação das rodovias Anchieta e Imigrantes, pode abrigar um pátio regulador de caminhões com 1.020 vagas.

AMPLIAÇÃO

“Embora tenhamos como foco as questões ambientais, também não somos alheios à necessidade de ampliação do Porto. O que nós estamos procurando



Área verde de 420 mil metros quadrados, na interligação Anchieta-Imigrantes, pode ter pátio de caminhões

do é buscar alternativas para que uma coisa não seja feita em detrimento da outra”, ponderou o deputado estadual, que também coordena a Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente da Baixada Santista na Assembleia Legislativa do Esta-

do de São Paulo (Alesp).

NECESSIDADE

Já Anderson Pomini ressaltou a necessidade da oferta de pátios reguladores na região. “Nós precisamos dos chamados condomínios logísticos em Cubatão, Guarujá, Santos

e São Vicente para atender, de forma digna, cerca de 20 mil caminhões que chegam todos os dias no Porto de Santos. O Porto precisa crescer atendendo as exigências legais ambientais. Esse é o nosso compromisso”, afirmou.

Pomini citou ainda que

o projeto do complexo logístico na Ilha do Tatu se encontra sob análise da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Se for autorizado, o passo seguinte será a análise do projeto, se autorizar com uma série de condições, o Porto deverá cumprir todas elas”.

Mas, caso a Cetesb reprove o projeto na Ilha do Tatu, o gestor do complexo portuário considera alternativas. “Saímos daqui com a proposta de nos reunirmos com a comunidade local, sob a liderança do deputado, para estudarmos uma segunda área, uma segunda opção”, disse o gestor portuário.

A concessionária assinou o contrato sobre a condição de que projeto só poderá avançar com a expedição das licenças ambientais. Caso contrário, não há obrigações por parte da empresa.